

PLANEJAMENTO E NORMALIZAÇÃO, SUPORTES INDISPENSÁVEIS AO CONTROLE BIBLIOGRÁFICO UNIVERSAL

Maria Luiza Monteiro da Cunha *

No panorama mundial da divulgação da informação, o Controle Bibliográfico Universal é apresentado como um dos fatores primordiais, no presente trabalho. São abordadas suas finalidades e sua viabilidade através de planejamento em nível nacional e internacional, cooperação efetiva, normalização de dados e processos, acessibilidade ao material, etc. É dado relevo, também, aos instrumentos desse controle: as bibliografias nacionais, catálogos coletivos, projetos de automação, ISBD, catalogação-na-fonte, etc.

INTRODUÇÃO

“Nunca os bibliotecários de todos os países, estiveram tão conscientes da importância do seu papel na coleta e tratamento de uma informação exhaustiva sobre a produção mundial dos livros. Nunca, outrossim, se mostraram tão decididos a encontrar, mediante uma ação conjunta, o modo de alcançar este objetivo. Esta, a impressão geral durante o 39º Congresso da FIAB realizado em Grenoble, de 23 de agosto a 1º de setembro de 1973, no cenário majestoso de St. Martin d’Hères.”(1)

Mais de 850 bibliotecários oriundos de 75 países, participaram das sessões correspondentes ao seu campo específico de interesse ou das reuniões plenárias, cômicos de que, como salienta Bognonié, (2) embora seja ampla a literatura sobre o papel das bibliotecas nos sistemas de informação e este tópico figure na maio-

* Diretora da Divisão de Biblioteca e Documentação da CODAC da Universidade de São Paulo.

ria dos congressos e reuniões de especialistas no assunto, ainda há muito a esclarecer e inúmeros problemas devem ser solucionados para que se concretizem os planos e idéias que visam à inclusão das bibliotecas nos referidos sistemas.

Se, como definiu H. Liebaers em seu discurso de abertura do Congresso em Grenoble, o Controle Bibliográfico Universal, meta primordial da FIAB, tem por objetivo tornar acessível a todos e com rapidez, em forma internacionalmente aceitável, os dados bibliográficos fundamentais relativos a todas as publicações de todos os países, (3) o funcionamento do sistema exigirá suportes imprescindíveis, tais como: 1) planejamento a curto e longo prazo, baseados em inquéritos elaborados com objetividade e conseqüente seleção e análise de dados; 2) projetos de cooperação bibliotecária visando, particularmente, à integração de unidades ou serviços dispersos e desarticulados; 3) unificação de processos técnicos; 4) levantamento dos recursos reprográficos e audiovisuais disponíveis; 5) acessibilidade ao material bibliográfico, o que implica na eliminação das barreiras que entravam a ampla circulação do livro; 6) existência ou organização de bibliografias nacionais, regionais, locais e especializadas, cuja periodicidade seja regular; 7) organização e atualização de catálogos coletivos de livros, de publicações periódicas, de assuntos e de materiais ou “meios” não impressos; 8) catalogação-na-fonte (cataloging-in-publication); 9) automação dos serviços bibliotecários; 10) apoio por parte dos órgãos oficiais.

Cada um dos itens acima indicados poderia ser tema de tese de doutoramento ou até de livre-docência, tão vasto o campo que pode abranger e a volumosa literatura que já lhe foi dedicada. Todavia, para fins deste documento, nos limitaremos a apontar os principais problemas já estudados por autoridades no assunto.

1 – PLANEJAMENTO

1.1 – O Seminário Interamericano sobre a Integração dos Serviços de Informação de Arquivos, Bibliotecas e Centros de Documentação na América Latina e nas Antilhas, (4) incluiu entre suas Conclusões a que se refere ao “Plano Nacional de Desenvolvimento dos Serviços de Informação”. Pela clareza e objetividade com que foi redigido, este item vai abaixo transcrito integralmente:

1.1.1. a) Cada país deverá preparar um plano nacional de desenvolvimento dos seus serviços de informação, que seja compatível com os planos regionais e internacionais, tal como, entre outros, apontou o Seminário sobre Planejamento de Estruturas Nacionais de Informação Científica e Técnica, organizado pela Oficina de Educación Iberoamericana, em Madrid, 1970.

1.1.2. b) O plano nacional de serviços de informação deve ser exaustivo, realista e flexível. Para ser exaustivo, realista e flexível. Para ser exaustivo, levará em consideração todas as fases do processo informativo – geração, administração

e localização – independente das modalidades técnicas que caracterizam cada uma das unidades que formam os sistemas. Neste contexto o plano deve incluir:

- I) arquivos administrativos, intermediários e permanentes do setor oficial, e também do privado, quando seus documentos sejam de interesse público;
- II) bibliotecas escolares, públicas/populares, nacionais, especializadas, de ensino superior e de pesquisa;
- III) centros de documentação e informação;

1.1.3. c) Para ser realista, deve basear-se:

- I) Na melhor informação disponível sobre os serviços informativos do país, constituída pelos diagnósticos prévios dos especialistas; a experiência de outros países; as conclusões e recomendações de seminários e congressos nacionais e internacionais da especialidade, na última década;
- II) nas prioridades assinaladas pela política de desenvolvimento nacional em todos os seus aspectos;
- III) num financiamento correspondente à magnitude do problema de desenvolvimento do plano, incluindo recursos humanos, documentais e de funcionamento;

1.1.4. d) Para que seja flexível, deve:

- I) levar em consideração tanto as semelhanças como as diferenças dos diversos serviços de informação;
- II) prever os mecanismos de adaptação a uma realidade em transformação, baseados em diagnósticos periódicos e na experiência adquirida no processo de execução do plano.

1.2 – No Brasil, o plano nacional de desenvolvimento de serviços de informação será uma realidade; logo que for implantado o Sistema Nacional de Informação Científica e Tecnológica (SNICT), que tem por finalidade o planejamento e a coordenação de coleta, análise, armazenamento e difusão, sistemática e permanente, de informações atualizadas na área da ciência e da tecnologia. Inicialmente, serão constituídos sistemas setoriais, como os que se seguem:

- a) Informação científica;
- b) Informação sobre educação;
- c) Coleta e disseminação de informação no exterior;
- d) Informação sobre saúde;
- e) Informação tecnológica;
- f) Infraestrutura e serviços (transportes, comunicações, etc.);
- g) Informação agrícola;
- h) Minas e energia;
- i) Informações regionais (SUDAM, SUDENE, Oceanografia, etc.);

- j) Informações básicas (IBGE);
- k) Biblioteca Nacional.

1.3 – Os sistemas setoriais serão compostos de subsistemas e estes de centros de informações. Cada sistema setorial e cada subsistema terá um núcleo. É assegurado o livre intercâmbio entre os componentes do sistema entre si e com os usuários.

1.4 – A implantação do SNICT no Brasil e a de sistemas similares nos demais países da América Latina, possibilitarão o cumprimento da Recomendação nº 15 do programa UNISIST, a seguir transcrita: *“Deberá existir en el nivel nacional un órgano estatal cuya creación haya sido ordenada por el gobierno, para orientar, estimular y dirigir el desarrollo de los servicios y recursos de información con una perspectiva de cooperación nacional, regional e internacional. En particular, estos organismos deberán dar su apoyo o adherir a programas de cooperación de alcance internacional en consonancia con los principios y objetivos del UNISIST”*. (5) Até o presente, o que ocorre no Brasil e nos demais países da América Latina assemelha-se à situação a que se refere Kaltwasser relação ao panorama internacional: têm sido feitos numerosos esforços para canalizar de forma racional o afluxo de informações bibliográficas em determinados setores, mas, até o momento, são medidas parciais, que deveriam ser englobadas em um sistema comum a fim de determinar sua influência recíproca e elaborar, dentro do marco de uma concepção de conjunto, os elementos que, todavia, faltam para um intercâmbio metódico de dados. (6)

1.5 – A implantação de redes ou sistemas de informação em âmbito local, regional, nacional ou internacional, exige planejamentos feitos em tempo oportuno e confiados a especialistas individuais ou institucionais de experiência comprovada. Sendo o planejamento fator essencial para o sucesso de qualquer empreendimento individual ou coletivo, cumpre que se efetue com objetividade e seja exequível, tendo sempre em vista os recursos humanos e materiais disponíveis, devendo ser evitados planos e projetos utópicos, não raro inspirados no exemplo de situações ideais vigentes em países técnica e economicamente mais desenvolvidos.

2 – COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO

2.1 – Mesmo em centros biblioteconômicos e documentários mundiais (Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, Rússia) nenhum projeto de grande alcance é encetado sem ampla cooperação entre as instituições responsáveis por serviços de informação (bibliotecas, centros de documentação e similares). Somente uma cooperação efetiva entre serviços afins possibilitará a solução de problemas que Kaltwasser (7) engloba em dois grupos principais: 1) questões vinculadas à origem dos dados bibliográficos e à normalização, sem a qual não poderá haver intercâmbio de dados, e 2) questões relativas à organização adequada para uma rápida circulação de dados e informações.

2.2 – Como ressaltou Suzanne Honoré, (8) as condições necessárias à obtenção de um Controle Bibliográfico Universal (CBU) foram perfeitamente analisadas e relatadas por Kaltwasser (9), de modo que seria supérfluo repeti-las.

2.3 – Todavia, não só no Brasil, mas em toda a América Latina, as situações são tão distintas das existentes em outras partes do mundo, que devem ser analisadas em confronto com as de outros países e continentes, a fim de nos situarmos face aos nossos próprios problemas com o firme propósito de vencê-los para não ficarmos marginalizados no que concerne ao Controle Bibliográfico Universal.

2.4 – Ao referir-se ao controle bibliográfico universal de material relativo à América Latina, Naylor (10) aponta aspectos distintos de nossa atividade editorial, bem como problemas específicos que a afetam, como os de comunicações difíceis, edições limitadas, distribuição imperfeita ou mal articulada, publicações oficiais que emanam não só de uma impressora governamental nacional, como também das gráficas particulares de um departamento ou outro órgão oficial. Sem dúvida, acrescenta, não se pode dizer que devido a estes fatores todas as publicações latinoamericanas constituem problema. O que tem de ser entendido é que, na América Latina, os interessados na obtenção de um controle bibliográfico universal defrontarão com uma situação complexa. Conseqüentemente, algo mais que uma simples série de medidas oficiais será necessário para que se chegue a um controle satisfatório sob o aspecto bibliográfico.

2.5 – As deficiências enumeradas por Naylor e por outros autores que se têm dedicado ao estudo da produção de livros e revistas na América Latina, afetam a organização e a publicação de bibliografias nacionais, que são o reflexo da atividade editorial nos diversos países. Não havendo legislação que estabeleça e regule o depósito legal ou se este, mesmo determinado por lei, não for devidamente cumprido, as bibliografias nacionais serão incompletas e, conseqüentemente, ineficientes. Editoras há que cumprem efetivamente a lei que rege o depósito legal, mas o fazem com atraso, o que prejudica a atualidade das informações divulgadas na bibliografia nacional. Aliás, mesmo os países mais desenvolvidos têm dificuldades quanto à atualidade dos dados de suas bibliografias. O depoimento de Suzánnne Honoré (11) é bem elucidativo: *“Se a rapidez é elemento primordial da informação bibliográfica, cumpre observar que pode surgir uma contradição entre duas necessidades antieconômicas: segundo o princípio do Controle Bibliográfico Universal, a catalogação de uma publicação em seu país de origem deve ser feita uma única vez; portanto, os dados catalográficos deverão ser completos e definitivos, em uma palavra, tão perfeitos quanto o possa ser uma produção humana. Contudo, perfeição e rapidez raramente caminham juntas: **festina lente** é adágio que não perdeu sua atualidade. Para a redação dos dados da *Bibliographie de la France*, continua a Autora, diariamente são enviadas cartas aos editores solicitando-lhes que completem um prenome, que forneçam indicações para a diferenciação entre vários homônimos, ou para a indicação precisa do título original de uma tradução; são operações que determinam duas*

ou mais semanas de atraso no aparecimento do dado bibliográfico da publicação. Como eliminar estas deficiências e que regras deverão ser fornecidas aos editores? Uma demora de duas semanas é o máximo aceitável; entretanto, se os esclarecimentos solicitados demoram demais, poderá ser fornecido um dado incompleto, a ser substituído por outro completo ou corrigido no cumulativo anual da bibliografia nacional ou em fita de permuta posterior, no caso de permutas de fitas magnéticas. O ISBN facilitaria a substituição.”

2.6 – O controle bibliográfico, diz Naylor (12), exige dois tipos de registro: um, constituído de listas semanais, quinzenais ou mensais de títulos de novas publicações, preferivelmente elaboradas antes destas serem lançadas, e outra, anual, cumulativa, que representaria o registro permanente para consulta.

2.7 – O Brasil, o México e a Argentina, pela grande produção editorial, necessitam de ambos os tipos de controle bibliográfico.

2.8 – O estudo encetado por Naylor (13) deverá ser ampliado e atualizado com a contribuição de dados fornecidos pelos centros bibliográficos nacionais de cada país da América Latina. No Brasil, por exemplo, há bibliografias que não foram citadas e outras, como a **Bibliografia Brasileira de Ciências Sociais**, a que o autor faz menção, em futuro próximo provavelmente sofrerá várias modificações, tais como o acréscimo de anotações e a inclusão de informações acerca de trabalhos e pesquisas em andamento. Sua própria indexação talvez também venha a ser alterada, mediante a organização de um thesaurus de termos adequados.

2.9 – Em seu relatório sobre algumas bibliotecas e centros de documentação visitados durante breve estada no Brasil, a Dra. Mary E. Kehler (14) salienta que qualquer sistema de controle bibliográfico em âmbito nacional depende da existência de certos elementos que contribuem para a documentação essencial para o estudo e a pesquisa em qualquer disciplina. Entre estes elementos básicos, figuram a bibliografia nacional e as redes, oficiais ou não, de bibliotecas e serviços de informação que facultem a utilização de recursos bibliográficos mediante o empréstimo-en-tre-bibliotecas e a cooperação na constituição de acervos de bibliotecas e centros de pesquisa.

2.10 – No que concerne à bibliografia nacional, temos dois aspectos importantes a observar: 1) devem, preferivelmente, emanar das bibliotecas nacionais que, quando organizadas por editores ou entidades não beneficiadas pelo depósito legal, há o risco de não serem posteriormente localizadas as publicações arroladas, principalmente as de tiragens limitadas; 2) sendo editadas pela Biblioteca Nacional, esta, por sua função conservadora característica, em geral não empresta as obras de suas coleções. Conseqüentemente, a solução seria que, além das bibliotecas nacionais, houvesse grandes bibliotecas nacionais de empréstimo semelhante à Biblioteca Nacional de Empréstimo da Grã-Bretanha, que funcionassem como centrais e articulassem o empréstimo entre as bibliotecas do sistema.

2.11 – Nos países de grande extensão territorial como o Brasil e a Argentina, são imprescindíveis os centros regionais de empréstimo vinculados ao centro nacional, a exemplo do que se fez no Brasil, ao ser organizado o **Catálogo Coletivo de Livros e de Publicações Periódicas**.

2.12 – Originando-se quase que simultaneamente em São Paulo e no Rio de Janeiro (1947), o **Catálogo Coletivo** cresceu tão rapidamente que, ao ser decidido, em 1954, o estabelecimento da sede nacional no IBBD, então criado, foi logo sentida a necessidade de um planejamento amplo, que redundasse em benefício geral. Assim, foram constituídos oito centros regionais instalados nos principais núcleos de desenvolvimento biblioteconômico do país. Atualmente, sobe a **14** o número desses centros.

2.13 – Catálogos coletivos bem organizados e mantidos em dia mediante atualização constante e enriquecidos com o acréscimo freqüente de novos itens, são fator de suma importância na constituição de redes de bibliotecas de todos os tipos. Só assim se tornam possíveis: o empréstimo entre bibliotecas de real eficiência e os planejamentos de aquisição planificada que redundam em economia de verbas, equipamentos e espaço.

2.14 – Obviamente, mesmo os mais otimistas sabem que haverá sempre não só barreiras administrativas, como também as de **mentalidade**, talvez as mais difíceis de vencer, antes da implantação de qualquer serviço ou sistema que implique em entrosamento de atividades ou cooperação entre instituições ou indivíduos. Grandes e preciosos acervos ficam às vezes inacessíveis a todos os interessados, devido a regulamentos rígidos que impossibilitam a utilização das obras fora do local ou mesmo o seu empréstimo para reprodução, ainda que por poucas horas, . mesmo quando a entidade possuidora da publicação não dispõe dos recursos reprográficos necessários para a execução da tarefa sem prejudicar a integridade do material. Obras há destinadas a permanecerem “sine die” na estante de uma biblioteca, sem uma única consulta, quando em outra entidade poderiam ser amplamente utilizadas, apenas porque o regulamento da biblioteca possuidora não permite permutas nem mesmo entre unidades da mesma instituição. Estes são problemas praticamente insolúveis, dificuldades só removíveis quando as bibliotecas passam a ter autonomia e a ser dirigidas por bibliotecários que já venceram a fase da introspecção.

3 – ACESSIBILIDADE AO MATERIAL

3.1 – A acessibilidade ao material depende, em grande parte, da normalização dos dados bibliográficos. Como ressalta Kaltwasser (15), não basta que as bibliografias nacionais divulguem com rapidez o maior número possível desses dados. É preciso que estejam não só normalizados internacionalmente, como também em forma legível, à máquina. O mesmo autor esclarece que a normalização deve ser

considerada sob três aspectos: o técnico, importante para o intercâmbio de informações por meio de fitas magnéticas ou processos análogos; a organização dos dados bibliográficos sobre os suportes da informação, e a unificação das normas de catalogação. No que concerne aos equipamentos, pondera que não há grandes dificuldades e que o problema reside na **multiplicidade de programas** (grifo nosso).

3.2 – Ao apresentar o Informe da Comissão Central UNESCO/CIUC, criada para o estabelecimento de um sistema mundial de informação científica, o Sr. Harrison Brown (16) alertou: *“A pesar de todo lo que los sistemas mecanizados permitan esperar, esas soluciones han creado, a juicio de muchos observadores, nuevos problemas. Al irse creando sistemas electrónicos de tratamiento, localización y recuperación, sin pensar en su compatibilidad, estarán constituyendo los servicios de información científica una nueva torre de Babel? En vez de mejorar la comunicación internacional en las ciencias, lograrán empeorarla fragmentándola en miles y miles de sistemas independientes, cada uno de los cuales hará de nuevo hasta cierto punto el trabajo de todos los demás?”*

3.3 – Realmente, se cada biblioteca ou centro de informação preparar seus próprios programas e ficar alheia aos elaborados por instituições congêneres no país ou no exterior, dificilmente poderá haver um intercâmbio de informações em âmbito nacional e, muito menos, internacional. Assim sendo, Kaltwasser (17) recomenda que pelo menos a lógica e as estruturas de coleções inteiras de programas sejam normalizados.

3.4 – O tratamento eletrônico de dados nas bibliotecas constitui uma das grandes preocupações dos bibliotecários hoje em dia. Um dos maiores incentivos neste campo foi o projeto MARC da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos, de influência incontestante na criação de projetos nele baseados e já em aplicação ou em fase de estudos em diversos países. (18) Marc Chauveinc, em excelente trabalho sobre a automação das bibliotecas na França (19), descreve pormenorizadamente o MONOCLE, baseado no MARC, porém mais desenvolvido e complexo, sem, todavia, complicar a programação excessivamente nem exigir mais espaço para as listas.

3.5 – Para a América Latina, está em estudos o projeto MARCAL (MARC para a América Latina). Os especialistas que se reuniram em Rionegro, Colômbia, de 12 a 23 de fevereiro de 1973, programaram a instituição de um grupo de trabalho que deverá examinar os problemas relativos ao estabelecimento de um formato MARC adaptável às nossas necessidades e que tenha a flexibilidade do MARC canadense que integra material em dois idiomas. No Brasil, está em fase experimental o projeto CALCO (Catalogação legível em computador) elaborado por Alice Príncipe Barbosa, diretora do SIC (Serviço de Intercâmbio de Catalogação) do IBBD (Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação) e também baseado no MARC norte-americano. (20)

3.6 – Todavia, para que estas iniciativas tenham êxito, urge que uma normalização internacional se imponha no que respeita às normas de catalogação.

3.7 – Embora entre os processos de biblioteconomia a catalogação seja um dos mais antigos e, por este motivo, o que tem suscitado mais estudos individuais e coletivos, é justamente neste campo que surgem as maiores controvérsias e os mais intrincados problemas, eis que entre os obstáculos a serem vencidos, há as tradições locais – muralhas não raro inexpugnáveis – que dificultam as tentativas que visam a uma unificação, imprescindíveis sob o aspecto do Controle Bibliográfico Universal.

3.8 – Sob este aspecto, tem sido notável a atuação da IFLA, em colaboração com a UNESCO e o apoio do Council on Library Resources dos Estados Unidos.

3.9 – Em 1961, houve em Paris a Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação (CIPC) que realizou o verdadeiro milagre da aceitação universal dos princípios nela estabelecidos para as entradas de autores e de títulos.

3.10 – Em cumprimento à Recomendação IV, item 2, a, b, da CIPC, foram elaboradas duas listas de suma importância: a de nomes de estados e outras autoridades territoriais, sob a forma adotada para as entradas nos catálogos, em conformidade com os nomes oficiais usados por estas próprias autoridades, e consignando os equivalentes nas principais línguas do mundo (21) e uma lista dos títulos uniformes para os clássicos anônimos de cada país, com os equivalentes adotados nas línguas de outros países. (22)

3.11 – Antes da realização da CIPC, mas por sua influência antecipada, eis que a medida foi sugerida durante a reunião preliminar, na qual vinte especialistas, entre os quais dois da América Latina, estabeleceram as bases da Conferência (Londres, 1959). Alguns países, como, entre outros, o Brasil (23), elaboraram normas para as entradas relativas aos nomes de autores individuais, o que foi incluído como Resolução IV, item 1, na reunião internacional de Paris, dois anos depois.

3.12 – Em 1969, também promovida pela IFLA, com a colaboração das duas entidades acima já referidas, realizou-se em Copenhague a Reunião de Especialistas em Catalogação, na qual, entre outros documentos de trabalho, foram estudados os princípios da CIPC, anotados por H.A. Chaplin (24) e a “Standard Bibliographic Description” (SBD) elaborada por Michael Gorman (25) e que logo passou a **intitular-se International Standard Bibliographic Description (ISBD)**, dado o seu alcance internacional. A seguir, foi lançada a ISBD para publicações seriadas. Daí serem atualmente designadas como ISBD (M) e ISBD (S), ou seja respectivamente, **Descrição Bibliográfica Normalizada para monografias e para publicações seriadas.**

3.13 – Em relação ao uso e estudos visando à aplicação da Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada de monografias, a sra. Dorothy Anderson, secretária executiva do Comitê de Catalogação da FIAB, escreve: *“La ISBD(M) ha sido introducida ya en algunos bibliotecas nacionales y ha sido examinada por numerosos comités de catalogación y centros bibliográficos; además, su texto se ha traducido a vários idiomas. Adviértase que los comentarios recibidos se referían especialmente a la redacción del texto, que resultó demasiado breve en algunos pasajes, así como a algunos detalles: en general se manifestó una aceptación y aprobación completas del propósito de la ISBD(M) y de su estructura básica. Hasta el presente, la ISBD(M) esta siendo utilizada por nueve bibliografías nacionales y otras organizaciones y siete están considerando la posibilidad de utilizarla; once Comités nacionales de catalogación preparan nuevos códigos considerando la posibilidad de utilizar la ISBD(M) y veinte y cinco han formulado comentarios sobre la misma.”* (26) A ISBD(M) já foi traduzida para os seguintes idiomas: espanhol, filandês, francês, húngaro, italiano, japonês, holandês, português e russo.

3.14 – A Comissão de Catalogação da IFLA pensa atualmente em elaborar a ISBD para os chamados “meios não impressos” (non-book-materials). Para esse fim, iniciou o levantamento dos estudos e trabalhos já realizados ou em fase de implantação em bibliotecas e outros centros de informação nos diversos países.

4 – CATALOGAÇÃO-NA-FONTE (Cataloging-in-publication)

4.1 – Outro projeto também iniciado pela Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos, mas que ainda não atingiu todos os países, é o da Catalogação-na-fonte.

4.2 - Kaltwasser (27) aborda muito sucintamente a questão e diz que, embora o projeto apresente grandes dificuldades, as atividades devem prosseguir sem esmorecimento, visando sua concretização. Inegavelmente, os problemas que a Catalogação-na-fonte envolve são muitos e complexos, mas não insolúveis. Prova incontestada da possibilidade de êxito neste campo é o trabalho que um pequeno, porém dedicadíssimo grupo de bibliotecários vem desenvolvendo no Brasil desde julho de 1971, quando a bibliotecária paulista Prof^a. Regina Carneiro iniciou a Catalogação-na-fonte junto à Câmara Brasileira do Livro em São Paulo. Colaboram no empreendimento bibliotecários da Divisão de Biblioteca e Documentação da Universidade de São Paulo. Desde seu estabelecimento, até o presente, a Catalogação-na-fonte vem obtendo sucesso e são ótimas as perspectivas que oferece para um futuro próximo. No Rio de Janeiro, foi iniciada em novembro de 1971 por Lia Malhães Frota, no Sindicato dos Editores. Os dois grupos, i. e., os bibliotecários de São Paulo e do Rio de Janeiro trabalham perfeitamente entrosados e os resultados obtidos evidenciam as vantagens da cooperação. Em São Paulo, a Catalo-

gação-na-fonte já atende a setenta editores, tendo sido catalogados 2.275 títulos até abril de 1974. O exemplo do Brasil no que respeita à Catalogação-na-fonte foi citado durante a reunião da Comissão de Catalogação da FIAB em Grenoble, em 1973, e também em Washington, D.C., em 1974. Aos demais participantes, foi solicitado que se empenhassem no estabelecimento de sistemas similares em seus respectivos países.

4.3 – Ao contrário do que alguns imaginam, a Catalogação-na-Fonte não apresenta incompatibilidade com as bibliografias nacionais, eis que facilita sua compilação, permitindo maior rapidez no registro de novas publicações. Para as bibliotecas, representa valioso auxílio na aquisição de livros, além de simplificar e acelerar a catalogação.

5 – CONCLUSÃO

5.1 – No Brasil, país de grande extensão territorial, o controle bibliográfico só poderá ser obtido mediante o estabelecimento de várias redes de bibliotecas afins, que posteriormente se entrelacem, integrando-se em sistemas de âmbito nacional (SNICT e similares) e/ou internacional (UNISIST, AGRIS e outros).

5.2 – Para a organização destas redes, as associações de bibliotecários têm grandes possibilidades e podem exercer influência decisiva.

5.3 – A Associação Paulista de Bibliotecários, durante a gestão da atual diretoria, já instalou as seguintes seções regionais: Baixada Santista, São José dos Campos, Sorocaba, Ribeirão Preto, Marília, e São José do Rio Preto. As regionais funcionam perfeitamente entrosadas com a entidade central, participando inclusive dos trabalhos desenvolvidos pelos Grupos de Trabalho, cujas atividades vêm prosseguindo com excelentes resultados. Até o presente foram instituídos oito grupos: 1) Biomedicina; 2) Tecnologia; 3) Ciências Agrícolas; 4) Ciências Sociais; 5) Ciências Jurídicas; 6) Bibliotecas escolares; 7) Bibliotecas Públicas; 8) Processos Técnicos.

5.4 – A FEBAB, por sua vez, já criou sete Comissões de Documentação, correspondendo, respectivamente, a: 1) Agrícola; 2) Biomédica; 3) Tecnológica; 4) Jurídica; 5) Bibliotecas Públicas; 6) Bibliotecas Escolares; 7) Processos Técnicos. É a biblioteconomia avançando, vitoriosa, de Norte a Sul, de Leste a Oeste do Brasil.

5.5 – Para a concretização desses projetos, estão os bibliotecários não apenas capacitados, como também cientes de sua importância e necessidade. Basta que contem com os recursos humanos e materiais indispensáveis. Acima de tudo, urge que as autoridades não se mantenham alheias aos problemas que afetam nossas

bibliotecas. Foruns de Debates semelhantes ao que o Conselho de Reitores promoveu em Brasília em julho de 1974, para estudos de problemas referentes às bibliotecas universitárias, deverão ser organizados com frequência para todos os tipos de bibliotecas, com o objetivo de propiciar maior contacto e troca de idéias entre bibliotecários e as altas autoridades da Administração federal, estadual e municipal.

Abstract

The Universal Bibliographic Control is one of the main subjects of this work.

Discuss the purposes and viability through planning in national and international levels, efective cooperation, processing and data normalization etc....

The National Bibliographies, The Union Cathalog, the automation projects, The ISBD, The, Cathaloging in Publication etc. are also discussed, as control tools.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

1. VERS un controle bibliographique universel: au 39ème Congrès de la F.I.A.B. à Grenoble. **Le Bulletin du Livre**, (227): 15-20, Sept. 1973.
2. BOGDANOVIÉ, R.N. – Universal bibliographic control and the inclusion of university libraries in national information systems. In: CONGRÈS DE LA FÉDÉRATION INTERNATIONALE DES ASSOCIATIONS DES BIBLIOTHÉCAIRES, 3º, Grenoble, 1973. 10p.
3. LIEBAERS, Herman – Discours d'ouverture du President. In: CONGRÈS DE LA FÉDÉRATION INTERNATIONALE DES ASSOCIATIONS DE BIBLIOTHÉCAIRES, 39º, Grenoble, 1973. 13p.
4. SEMINÁRIO INTERAMERICANO SOBRE A INTEGRAÇÃO DOS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO DE ARQUIVOS, BIBLIOTECAS E CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO NA AMÉRICA LATINA E NAS ANTILHAS, 1º, Washington, 1972. Declaração, conclusões e recomendações. Brasília, Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, 1973, 6p.
5. UNISIST: sinopsis del estudio sobre la posibilidad de establecer un sistema mundial de información científica. Paris, Unesco, 1971. 94p.
6. KALTWASSER, F.G. – El control bibliográfico universas. **Bol. Unesco Bibl.**, 25(5): 269-277, Sept./Oct. 1971.
7. KALTWASSER, F.G. – Op. cit.

8. HONORÉ, Suzanne – Le controle bibliographique universel: evaluation et perspectives. In: CONGRÈS DE LA FÉDÉRATION INTERNATIONALE DES ASSOCIATIONS DE BIBLIOTHÉCAIRES, 39°, Grenoble, 1973. 6p.
9. KALTWASSER, F.G. – Op. cit.
10. NAYLOR, B. – Universal bibliographical control of Latin American materials. In: CONGRÈS DE LA FÉDÉRATION INTERNATIONALE DES ASSOCIATIONS DE BIBLIOTHÉCAIRES, 39°, Grenoble, 1973. 19p.
11. HONORÉ, Suzanne – Op. cit.
12. NAYLOR, B. – Op. cit.
13. NAYLOR, B. – Op. cit.
14. KAHLER, Mary E. –Survey of selected Brazilian libraries and documentation centers: report to the Ford Foundation, /s.l./ The Ford Foundation, /1974/ 18p.
15. KALTWASSER, F.G. – Op. cit.
16. UNISIST – Op. cit. p. /9-18/
17. KALTWASSER, F.G. – Op. cit.
18. ESTADOS UNIDOS. LIBRARY OF CONGRESS. INFORMATION SYSTEMS OFFICE – MARC manuals used by the Library of Congress. 2d. ed. Chicago, American Library Association, 1970, 4v. em 1.
19. CHAUVEINC, Marc. – Library automation in France. IN: CONGRÈS DE LA FÉDÉRATION INTERNATIONALE DES ASSOCIATIONS DE BIBLIOTHÉCAIRES, 39°, Grenoble, 1973. 16p.
20. BARBOSA, Alice Príncipe – Projeto CALCO: catalogação cooperativa automatizada. Rio de Janeiro, IBBD, 1973. 130,47, 22p.
21. HONORÉ, Suzanne, comp. – International list of approved forms for catalogue entries for the names of states; compiled by Suzanne Honoré. Provisional edition. Paris, IFLA. CIPC, 1961. 53p.
22. PIERROT, Roger, comp. – International list of uniform headings for anonyms classics; compiled by Roger Pierrot. Provisional edition. Paris, IFLA. CIPC, 1961. 120p. Publicado mediante subvenção da UNESCO.

23. CUNHA, Maria Luisa Monteiro da – Treatment of Brazilian and Portuguese names./Paris/1961./21/p.
Documento nº 13 da **Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação** promovido pela FIAB em Paris, em 1961, sob os auspícios da UNESCO e do Council on Library Resources.
24. CHAPLIN, A.H. & ANDERSON, Dorothy – Names of persons: national usages for entry in catalogues; compiled by a A. H. Chaplin, assisted by Dorothy Anderson. Definitive edition. London, IFLA Committee on Cataloguing, 1967. 66p.
25. GORMAN, Michael – Standard bibliographical description: a proposal for a standard comprehensive international system for the recording of bibliographical data. In: INTERNATIONAL MEETING OF CATALOGUING EXPERTS, 1º, Copenhagen, IFLA, 1969. 10 p.
26. ANDERSON, Dorothy – Listas de control de la Descripción bibliográfica internacional normalizada de monografias. **Bol. Unesco Bibl.**, **28(1)**: 36-41, ene./feb. 1974.
27. KALTWASSER, F.G. - Op. cit.